



2.1.4 • A comunicação mundializada • A galáxia internet

Exclusão e cidadania na era digital

Frederico Fonseca
Inês Amaral

OS BENEFÍCIOS DA INTRODUÇÃO das tecnologias na vida humana estão relacionados com a evolução mundial. Embora o uso da tecnologia esteja delimitado por parâmetros geográficos, culturais e económicos, os benefícios para a humanidade estão mais do que provados. No entanto, o movimento de globalização promovido pelas tecnologias criou novas exclusões económicas e sociais, fazendo surgir uma ideia de injustiça. Este artigo assume a exclusão digital como uma consequência da globalização e como uma condição de cidadania de segunda classe para aqueles que não têm acesso ao capital digital, apresentando um inventário de recomendações para acção e políticas de acção à escala internacional.

A exclusão social, em consequência da iliteracia digital, é uma realidade para milhões de pessoas em todo o mundo. Este fenómeno social pode conduzir a um sentido globalizado de injustiça, pois aumenta a infoexclusão enquanto fator da categorização da condição de "subcidadania". As dimensões da exclusão social - assumindo que estas não são sinónimo de pobreza - podem ser definidas como multidimensional, dinâmica, relacional, ativa e contextual. Nesta perspectiva, e no contexto da iliteracia digital, podemos delimitar a condição de "subcidadania" numa amplitude multidimensional, que compreende os indicadores de ausência de direitos sociais e os níveis micro da exclusão social e, consequentemente, delimito os grupos afastados da sociedade da informação digital. O *Empowerment* é a palavra-chave de muitos artigos com recomendações focadas no ensino, nas boas práticas, na indução de mudança cultural e nas parcerias público-privadas a nível regional e nacional, através de diferentes abordagens.

O Plano das Recomendações

A generalidade dos documentos oficiais de recomendações para a acção e políticas de acção apresenta conceptualizações de "grupos desfavorecidos" idênticas: jovens, adultos, idosos e comunidades/grupos com características próprias (culturais, sociais, económicas e/ou geográficas).

A palavra-chave dos diferentes documentos é *empowerment*, centrado no ensino, transferência de boas práticas, mudança cultural (indução) e parcerias público-privadas em termos regionais e nacionais. Um aspecto interessante é o facto de a maior parte dos trabalhos não distinguirem a literacia mediática da literacia digital, estando essencialmente centrados na utilização da tecnologia.

O ensino para os meios de comunicação, a literacia mediática na formação de professores, o foco na população idosa e a garantia de acesso às tecnologias são pontos comuns aos vários planos oficiais de recomendações. A título de exemplo, refira-se que em 2008, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução (2008/2129 (INI)) que observa que "a literacia mediática deve ser entendida como a capacidade de utilizar autonomamente os diversos meios de comunicação social, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos dos meios de comunicação e dos seus conteúdos, assim como de comunicar em diferentes contextos, criar e difundir conteúdos mediáticos".

“
... a literacia digital tem duas
categorias: "direct access
to technologies and indirect
use of technologies".
”

A questão familiar, sublinhada na resolução do Parlamento Europeu, raramente é referida nos restantes planos de recomendações. Apenas um texto produzido pela The London School of Economics and Political Science, em 2011, intitulado *Final recommendations for policy, methodology and research*, defende a necessidade de encorajar a família a envolver-se nas questões de literacia mediática e digital, assumindo igualmente que as autoridades governamentais e a indústria são parceiros indispensáveis da sociedade civil e dos próprios educadores devendo, por isso, promover a inclusão digital e a segurança na rede. O mesmo documento destaca que urge trabalhar diretamente com as crianças, em casa e na escola, para uma literacia digital e mediática saudável. Um documento produzido pela EU Kids Online Network, em 2009, alertava também para a necessidade de mediação parental e para as lacunas do papel do professor. Este trabalho sublinhava ainda a questão dos dispositivos móveis e a necessidade da literacia digital e mediática estar a passar pelo universo Web 2.0 e da criação de conteúdo pelo utilizador comum, referindo por isso temas como segurança na rede e riscos comerciais.

Os planos de recomendações ao nível da literacia digital, como referido, são frequentemente orientados à acção direta. Um documento intitulado *Delivering digital inclusion: an action plan for consultation*, produzido no Reino Unido em 2008, defende que a literacia digital tem duas categorias: "direct access to technologies

and indirect use of technologies". Neste sentido, a proposta assenta na premissa de que "the best use of digital technology, either directly or indirectly, to improve the lives and life chances of all citizens and the places in which they live". Nos vários planos de recomendações, a estratégia de inclusão digital assume como aspectos essenciais a qualificação, acessibilidade, simplificação e melhoria dos serviços, criação de infraestruturas públicas, promoção de redes, transferência de conhecimentos. As estratégias baseadas em redes visam o acesso através da distribuição, ferramentas e infraestruturas que se centrem na educação, formação, serviços públicos, programas comunitários, sector privado e cooperação com os média. A tecnologia, enquanto meio de transferência de conhecimento em rede e potenciadora de inclusão digital dos excluídos numa sociedade global da informação, implica políticas de educação inclusiva, serviço público que combata a exclusão social e digital, infraestruturas de suporte e a generalização do acesso através de dispositivos como computadores e telemóveis.

Os documentos de recomendação concentram-se igualmente na perspectiva da acção e, neste sentido, do *empowerment* através da formação com vista à criação de condições que potenciem mudanças. A oportunidade da criação de emprego, enquanto um benefício indireto da tecnologia, é o destaque na questão da mudança: potenciar e capacitar o fim do rótulo de 'desfavorecido'. A este propósito, destaque-se que a United States Agency for International Development, numa parceria com o Bangladesh para a promoção da igualdade de género e de oportunidades para as mulheres nesse país, propôs a integração do sector privado na formação (em diferentes níveis, com vista a diferentes propósitos), a criação de infraestruturas económicas e sociais que suportem a implementação prática das competências adquiridas, um desenvolvimento na Educação em termos de promoção de alternativas de ensino e inclusão das tecnologias em diferentes áreas orientadas ao mercado de trabalho, promoção de *e-government* nas esferas nacional e local como forma de gerir e estabelecer diálogos entre diferentes atores.

A reconfiguração demográfica da Europa

Na Europa, o aumento da qualidade de vida na denominada 'terceira idade' e as elevadas taxas de esperança de vida levam à necessidade de criar estratégias de educação/formação ao longo da vida, conciliadas com um forte investimento na educação orientada à mobilidade e ao mercado de trabalho. Os objectivos do projeto The

A INCLUSÃO PELA LÓGICA DA REDE

A maioria das perspectivas são centradas no indivíduo enquanto potencial utilizador de dispositivos e capital cultural e digital que lhe permita a inclusão numa sociedade da informação. Neste sentido, as recomendações são, na sua generalidade, de políticas activas e estratégias em vários níveis, através essencialmente de iniciativas locais que tenham um âmbito nacional e, por isso, adopte a lógica de comunidades em rede. Daqui decorre que se propõem políticas de acção orientadas aos indivíduos enquadrados nos “grupos desfavorecidos” ao nível macro (nacional) e em níveis micro (comunitário, local e regional).

Europe 2020 centram-se precisamente nestas ideias: “making lifelong learning and mobility a reality, ... improving the quality and efficiency of education and training, ... promoting equity, social cohesion and active citizenship, ... enhancing innovation and creativity, including entrepreneurship, at all levels of education and training”. A necessidade de reconhecer competências e de requalificar é a nota dominante para a integração dos grupos desfavorecidos na sociedade da informação, do ponto de vista teórico e prático. Neste ponto, refira-se que uma das recomendações mais interessantes se centra na necessidade de aprender uma língua estrangeira e numa readequação da formação de professores. A equidade, coesão social e cidadania activa devem resultar de um reforço ao nível do ensino, orientado ao mercado de trabalho e à realidade da União Europeia, partindo de uma estratégia integrada e comum aos vários graus de ensino. A escola deve ser igualmente, de acordo com as recomendações produzidas pela Comissão Europeia, um espaço de integração dos imigrantes, das pessoas com necessidades especiais. Daqui decorre a urgência de criar competências-chave que sejam transversais aos vários níveis de ensino nos diferentes países da União Europeia, através de parcerias e numa perspectiva inovadora. As competências-chave devem orientar os estudantes para o mercado de trabalho mas também promover a coesão social, a igualdade e a mobilidade.

Ainda neste contexto de uma política comum, o Danish Technological Institute analisou as políticas e iniciativas de literacia digital direccionadas a grupos desfavorecidos na Europa a vinte e cinco, entre 2006 e 2007. As conclusões deste estudo resumem-se em recomendações, interligadas e projetadas para esferas locais: “access and connectivity, ... diversity in needs, ... digital literacy in the context of social inclusion, ... skills and learning for a digital age, ... policy coordination, ... awareness raising, ... evaluation and monitoring”. O documento sublinha que “basic digital literacy skills area a precondition to employment and employability across an increasing number of occupations. Lack of digital skills is often just another dimension to insufficient literacy skills. (...) Therefore, when planning digital literacy courses for the unemployed or other disadvantaged groups, eventual literacy difficulties should be identified, as most basic digital literacy courses rely on a certain level of literacy skills” (2009: 42).

A promoção de uma agenda pública contra o abandono o escolar e a favor do regresso à formação é vista como uma oportunidade para a

inovação, empregabilidade e mobilidade dos grupos desfavorecidos. Por outro lado, é igualmente sugerido que medidas de acompanhamento e monitorização sejam colocadas em prática para além dos projetos. Ou seja, é recomendado que se desenvolvam medidas de acompanhamento dos indivíduos abrangidos por programas de integração pela literacia mediática e digital. ■

Referências

- Comissão Europeia. (2008), *Parecer do Comité das Regiões sobre “Literacia mediática e conteúdos criativos em linha”*, Bruxelas, disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52008AR0094>.
- Comissão Europeia. (2008), *Resolução do Parlamento Europeu sobre literacia mediática no mundo digital*. 2008/2129(INI). Bruxelas, disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2008-0598+0+DOC+XML+V0//PT>.
- European Commission. (2011), *Education and training for a smart, sustainable and inclusive Europe: analysis of the implementation of the strategic framework for European cooperation in education and training (ET2020)*. Commission Staff Working Document. SEC (2011) 1607. Brussels, disponível em <http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes6/st18577-ad01.en11.pdf>.
- Comissão Europeia (2016), *Europe 2020 strategy*. Brussels, Disponível em <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/europe-2020-strategy>.
- Govt, H. (2008), *Delivering digital inclusion: an action plan for consultation*. London, Communities and Local Government Publications., disponível em <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20120919132719/http://www.communities.gov.uk/documents/communities/pdf/1001077.pdf>.
- Heeley, M., & Damodaran, L. (2009), *Digital inclusion: a review of international policy and practice*. Loughborough University, disponível em <http://projects.computing.dundee.ac.uk/iden/outcomes/LeelaMelanie-InternationalPolicyReview.doc>.
- Livingstone, S., & Haddon, L. (2009), EU kids online. *Zeitschrift Für Psychologie/Journal of Psychology*, 217(4), 236, disponível em [http://eprints.lse.ac.uk/27449/1/EU_kids_online_Zeitschrift\(lsero\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/27449/1/EU_kids_online_Zeitschrift(lsero).pdf).
- O'Neill, B., Livingstone, S. & McLaughlin, (2011), *Final recommendations for policy, methodology and research*, London, The London School of Economics and Political Science, disponível em http://eukidsonline.metu.edu.tr/file/final_recommendations.pdf.
- Shapiro, H. (2009), Supporting digital literacy public policies and stakeholder initiatives: Final Report: Topic report 4: Conclusions and recommendations based on reviews and findings. Oslo, Danish Technological Institute, disponível em https://joinup.ec.europa.eu/sites/default/files/files_epractice/sites/Topic%20Report%204%20-%20Conclusions%20and%20recommendations%20based%20on%20reviews%20and%20findings.pdf.
- UMIC (2010), *A Sociedade da Informação em Portugal 2010*, Lisboa, disponível em http://www.unic.pt/images/stories/osic/SI_2010/SIP%202010_apresentao%20e%20sintese_2010.pdf.